UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís – MA. Agênciade Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização.
Diretoria de Pós-Graduação – DPG Divisão de Cursos Lato Sensu – DCLS

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO*

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

a) Nome do curso:

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE TERRITÓRIOS E MARETÓRIOS

b) Proponente/ Subunidade Acadêmica / Unidade Acadêmica:

Universidade Federal do Maranhão/ Departamento de Ciências Sociais (Desoc) e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc)

c) Área do Conhecimento: Ciências Sociais/interdisciplinar

d) Forma de Oferta: ( ) Presencial ( ) Semipresencial (x) A distância

e) Turno: ( ) Noturno ( ) Diurno (x)Integral

f) Forma de execução financeira*:*

O curso de Especialização Gestão Socioambiental de Territórios e Maretórios será custeado pela CAPES conforme resultado final do Edital 25/2023, publicado no Diário Oficial da União de 20/09/2023, Edição 180, Seção 3, pág. 68 (ANEXO A).

g) Carga Horária:

A carga horária total do curso é de 390 horas, incluindo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sendo 360 horas distribuídas em 12 módulos dispostos em componentes curriculares obrigatórios (30 horas cada), complementarizadas por 30 horas do módulo de um componente curricular optativo, a ser definido durante o curso.
Duração do curso: Integralização em 18 meses.

h) Público-alvo

Extrativistas costeireiros e marinhos, educadoras(es), agentes públicas(os), ativistas sociais, lideranças comunitárias em comunidades tradicionais pesqueiras no Maranhão, Piauí e Ceará e que possuam graduação completa em qualquer área do conhecimento. O perfil do público alvo envolve também profissionais que atuem junto a populações tradicionais conforme previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - (Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm) e no Decreto 6040 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

i) Número de vagas:

Serão ofertadas 300 vagas, conforme edital público.

j) Formas de ingresso:

O ingresso no curso se dará mediante processo seletivo, normatizado por edital, de acordo com a Resolução CONSEPE n. 2463/2022, com análise curricular. Poderão se inscrever no Processo Seletivo Simplificado de Acesso ao "Curso de Especialização em Gestão Socioambiental de Territórios" as pessoas que possuam Diploma de curso de graduação em qualquer área do conhecimento reconhecido pelo MEC ou expedido por instituição estrangeira (validado no Brasil), obedecidas as exigências da legislação pertinente à matéria e apresentem Declaração de pertencimento às unidades de conservação, conforme lista que será divulgada em anexo ao edital a ser publicado.

k) Previsão para início das atividades:
Maio de 2026

2. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Profa. Dra. Madian de Jesus Frazão Pereira (Desoc/Gedmma[1]/UFMA)

Prof. Dr. Elio de Jesus Pantoja Alves (Desoc/Gedmma/UFMA)

Profa. Dra. Cindia Brustolin (Desoc/Gedmma/UFMA)

Prof. Dr. Horácio Antunes Sant'Ana Júnior (Desoc/Gedmma/UFMA)

Profa. Dra. Clarissa Lobato da Costa (Gedmma/IFMA[2])

Profa. Me. Angela Maria Ferreira de Medeiros (Gedmma/IFMA)

2.1 Coordenadora da Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Nome: Madian de Jesus Frazão Pereira
Titulação: Doutora em Sociologia (UFPB)
Unidade de Lotação: Coordenação de Ciências Sociais Licenciatura / Centro de Ciências Humanas (CCH) – Campus São Luís
Telefone celular: (98)991128534
E-mail: madian.frazao@ufma.br
CPF: 494.188.663-15
Regime de trabalho: 40h (DE)
Sexo: feminino

2.1.1 Coordendor(a) do Curso de Especialização

Será selecionada(o) por edital específico, seguindo a portaria CAPES.

2.1.2 Coordendor(a) Adjunta(o)

Será selecionada(o) por edital específico, seguindo a portaria CAPES.

3. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O estado do Maranhão possui aproximadamente 640 km de linha de costa na sua porção setentrional, possuindo o segundo maior litoral do Brasil e uma expressiva população de pescadoras(es) e marisqueiras que contribuem com grande parte do pescado produzido no Brasil, através da pesca artesanal. De acordo com o levantamento do Painel de Consultas

[1] Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente.
[2] Instituto Federal do Maranhão.

do SISRGP (Registro Geral da Atividade Pesqueira), publicado em 2023, o Brasil conta com 1.035.478 pescadoras(es) profissionais ativas(os), devidamente licenciadas(os). Desse total, 507.896 são mulheres – o que representa 49% de participação feminina no ofício. O estado do Maranhão se destaca como líder em números de pescadoras(es), contando com uma comunidade de 150.691 mulheres e 116.935 homens dedicadas(os) à pesca, perfazendo o total de 267.626. Além de ter o maior número de pessoas nesse ofício, é um dos cinco estados em que há mais mulheres do que homens exercendo a pesca[3]. Também no Maranhão, encontram-se cinco reservas extrativistas marinhas criadas e duas em processo de criação – Resex Baía de Tubarão, Resex Tromaí-Arapiranga, Resex de Cururupu, Resex do Delta do Parnaíba, Resex Itapetininga, Resex de Porto Rico (em processo de criação), Resex Tauá-Mirim (em processo de criação) –, sendo que as três primeiras listadas são as maiores Resex marinhas do Brasil. No entanto, todo esse cenário com dimensões expressivas não tem assegurado políticas públicas de valorização de direitos para os povos e comunidades tradicionais em áreas pesqueiras. Observa-se o constante enfrentamento destas comunidades com a pesca predatória realizada por grandes embarcações da frota empresarial/industrial que avança sobre as áreas de pesca tradicional, com a instalação de redes hoteleiras e empreendimentos de turismo empresarial, da instalação de parques eólicos e de projetos de exploração de petróleo, expansão de atividades de mineração com a expansão de garimpos de ouro e da mineração industrial, construção de logísticas e de infraestruturas tais como, portos, terminais, pontes e rodovias para atender as demandas do mercado. Esta expansão capitalista através de projetos de desenvolvimento, por outro lado, vem engendrando uma série de conflitos na medida em que ameaça as comunidades e os seus modos de vida, incisivamente os seus ambientes de trabalho. A ausência de políticas públicas, dentre estas, a grande deficiência na oferta de educação formal, sobretudo no acesso a cursos de nível superior, dentre outras demandas, se colocam como desafios às lutas históricas e cotidianas destas comunidades.

No levantamento realizado em 2016 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), 61 mil famílias de extrativistas foram cadastradas em 77 unidades de conservação (UCs) de uso sustentável. Atualmente há 28 reservas extrativistas no bioma costeiro marinho sob gestão do ICMBio. Um diagnóstico socioeconômico sobre a situação dessas famílias, no que diz respeito ao acesso à educação formal e desdobramentos de análise quanto a essa dimensão, foi realizado entre os anos de 2013 e 2015, apresentando dados preocupantes referentes a grandes dificuldades da permanência destas nas atividades pesqueiras e à falta de perspectivas para os jovens nas comunidades. Dentre os diversos fatores apontados que contribuem para este problema, o fator educacional é um deles, em

[3] Dados disponíveis em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres . Acesso em 22/11/2023.

diferentes níveis de escolaridade. Com base nesse diagnóstico, a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem), que reúne representantes de todas as regiões brasileiras e dos estados onde se localizam as reservas tem buscado a garantia de direitos e do bem-viver dessas comunidades e exige a urgência de medidas concretas envolvendo amplo diálogo entre as universidades, grupos de pesquisa e extensão, órgãos de fomento na área educacional, organizações da comunidade e da sociedade civil.

Ressalta-se que a abertura do diálogo promovido pela Confrem com as instituições surge a partir da experiência exitosa na formação de professores na região do Médio Juruá, estado do Amazonas, e da demanda por processos de capacitação e formação dos povos e comunidades tradicionais associados a territórios em áreas protegidas. Em maio de 2023, em Luziânia - GO, aconteceu o 1º Reponta da Maré, um evento da Confrem onde foi apresentada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Governo Federal a proposta da **Escola das Marés e das Águas** no intuito da sensibilização para a abertura de um edital que abrangesse a demanda dos povos e comunidades tradicionais em Territórios e Maretórios[4].

Diante do grande déficit de escolaridade nesses Territórios e Maretórios, para avançar nessa pauta de educação formal, será preciso uma construção de processos formativos, em parceria com os movimentos e com os povos e comunidades tradicionais, a partir de articulações já existentes com Instituições de Ensino Superior (IES).

Após várias reuniões com representantes de Universidades, da Confrem e a Rede de Mulheres das Marés e das Águas nos Manguezais Amazônicos do Maranhão e Piauí (Remulmana), com apoio do ICMBio, passou-se ao fortalecimento de uma Rede para a criação da Escola das Marés e das Águas, com os objetivos de formação e de apoio à formulação, articulação e implementação de Políticas Públicas nos Territórios e Maretórios abrangidos pela atuação da Confrem no Maranhão e da Remulmana.

O Curso de Especialização GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DOS TERRITÓRIOS E MARETÓRIOS surge a partir de demanda verificada por meio de enquete respondida, no mês de julho de 2023, por 388 (trezentas e oitenta e oito) pessoas que vivem em comunidades de abrangência da atuação da Confrem no Maranhão e Remulmana, para além de reservas extrativistas marinhas, como se vê no quadro abaixo.

[4] A palavra/categoria maretório surgiu concomitante ao processo que culminou na criação da Confrem em evento no litoral do estado do Pará, no ano de 2008, no qual foi realizado um ciclo de conversas que reuniu mulheres das Resex marinha-costeiras. Conforme registro de Sousa Lima (2022), "...uma das lideranças comunitárias levantou a seguinte questão: 'mas é terra ou maré? Vocês ficam falando de maré, maré, maré e chamam de território'. [...] Em conjunto com técnicos (as) e ambientalistas, essas mulheres reconheceram que a palavra "território" não alcançava a singularidade de sua dinâmica atrelada ao ciclo lunar e o movimento das marés: 'bom, não é território, é maretório'".

Quadro 1: Unidades de Conservação e Municípios que responderam à enquete para levantamento de demandas

UC	MUNICIPIOS
MARANHÃO	
Reserva Extrativista de Cururupu	Cururupu e Serrano do Maranhão
Reserva Extrativista Arapairanga Tromaí	Carutapera e Luís Domingues
Reserva Extrativista Itapetininga	Bequimão
Reserva Extrativista Baía do Tubarão	Icatu e Humberto de Campos
Articulação da Reserva Extrativista Tauá Mirim	São Luís
Articulação da Reserva Extrativista Porto Rico	Porto Rico/Cedral
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão
Reserva Extrativista Quilombo Frechal	Mirinzal
08 Territórios e Maretórios	14 municípios
MARANHÃO E PIAUÍ	
Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba	Ilha Grande de Santa Isabel (Piauí), Araioses e Água Doce (Maranhão)
01 Território e Maretório	03 municípios

O resultado da enquete apontou para uma votação mais expressiva para a demanda de cursos nas seguintes áreas: Turismo, Gestão, Meio Ambiente, Psicologia e Engenharia.

Nesse sentido, depois da discussão com representantes dos movimentos de pescadoras(es) e de uma rede de Instituições de Ensino Superior (IES), aqui se apresenta uma proposta junto a Universidade Aberta do Brasil (UAB) do Curso de Especialização em GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DOS TERRITÓRIOS E MARETÓRIOS, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (originalmente, quando da elaboração do projeto), à Coordenação do Curso de Ciências Sociais Licenciatura e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com as seguintes parcerias: Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR).

O Curso de Especialização se encontra em consonância com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), envolvendo basicamente todos os 17 objetivos, com destaque para os seguintes:

4- **Educação de qualidade**: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

13- **Ação contra a mudança global do clima**: medidas urgentes para o combate às mudanças climáticas e seus efeitos;

14- **Vida na água**: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos

recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se que tanto a Educação para o Desenvolvimento Sustentável quanto os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável fazem parte da estrutura da UNESCO relacionada às contribuições por um mundo sustentável.

No processo de produção de visibilização dos resultados deste projeto, busca-se ampliar a rede de interlocutores envolvidos com a atividade pesqueira, visando ampliar o espaço público de debate sobre o tema da pesca e sobre a importância de se considerar os pescadores artesanais nas políticas públicas voltadas para o setor, tendo como mote o caminho da demanda por educação diferenciada que vem sendo pleiteada pelas próprias comunidades tradicionais em áreas costeiras marinhas que vêm participando de processos de fortalecimento do curso de suas histórias e protagonismo político com a mediação da Confrem e de outras instâncias que se juntam em lutas por justiça social.

Destaca-se que a percepção de educação diferenciada que se encontra no presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) se coaduna com a seguinte reflexão de Meneses (2024, p. 4):

> O sentido que adotamos aqui refere-se especificamente à educação diferenciada enquanto movimento ou projeto político posto em curso por povos e comunidades tradicionais, fundamentado no princípio de interculturalidade, visando à apropriação de conhecimentos e à construção de habilidades pela aquisição da cultura escolar e científica como estratégia para fortalecer ou construir o protagonismo e pertencimentos étnico-políticos de indígenas, camponeses, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas.

Inserida na rede “Escola das Marés e das Águas”, importa ratificar que a presente proposta do Curso de Especialização traz o “esperançar” (FREIRE, 1992) através de uma educação diferenciada demandada pelas comunidades tradicionais costeiras e marinhas.

4. A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) E SEUS OBJETIVOS

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, consequentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização em Gestão Socioambiental de Territórios e Maretórios.

A presente proposta tem o intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Corresponde também ao objetivo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do

Ministério da Educação (MEC) de contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade; à superação das desigualdades; à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Dispositivos da Universidade Federal do Maranhão, em especial relacionados a pós-graduação e educação a distância.

Objetivos:

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;

II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;

III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;

IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

4.1. Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a Distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos

da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com entidades públicas e/ou entidades privadas sem fins lucrativos com foco em atividades educacionais e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A elaboração e execução do curso de Especialização em Gestão Socioambiental de Territórios e Maretórios está planejado para ser ofertado nos polos de apoio presencial vinculados à UFMA e segue as Diretrizes Nacionais, tendo por base o atual Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e pós-graduação .

5.1 Gestão, corpo docente, técnico-pedagógico e administrativo do curso

5.1.1 Gestão do curso

A gestão/coordenação do Curso Especialização em Gestão Socioambiental de Territórios e Maretórios será conduzida por um (a) professor (a) da IES, com especialidade na área e com conhecimentos e habilidades necessárias à gestão do mesmo. Contará com um (a) assistente, Coordenador (a) de tutoria, Designer de Curso e outros profissionais necessários à execução e funcionamento das atividades administrativas e pedagógicas do Curso.

A função da coordenação consiste em gerenciar as atividades acadêmicas e administrativas do curso; zelar pela qualidade do curso, reunir os professores responsáveis para ministrar as diferentes disciplinas, orientar e acompanhar o trabalho desses professores, dos tutores e supervisionar o andamento das disciplinas. Sua atuação consiste em cuidar para que o planejamento das atividades e ações do curso, descritas no calendário acadêmico, aconteçam da melhor forma, garantindo assim a execução das ações de forma qualitativa e primando pelo aprendizado e o desenvolvimento das competências e habilidades das/dos estudantes matriculadas/os.

5.1.2 Corpo docente e tutorial

Atendendo a portaria GR 523/2021 UFMA e a Portaria 102/2019 CAPES, o Curso de Especialização em Gestão Socioambiental em Territórios e Maretórios terá seu corpo docente selecionado mediante edital a ser publicado pela Diretoria de Tecnologias na Educação – DTED. É importante destacar que, conforme o previsto no art.26 § 3o da resolução CONSEPE 2.463/22 que determina que pelo menos 50% da carga horária do curso seja ministrada por docentes UFMA.

No que tange ao perfil da candidatura ao processo de seleção, além das orientações do edital, serão considerados os pré-requisitos necessários estabelecidos pela coordenação do curso, em atendimento às orientações e diretrizes da IES vigentes. Ser especialista na área da disciplina e será responsável por: atender ao programa da ementa do curso além de gravar videoaulas; produzir e-books e outros materiais didáticos quando necessário; elaborar atividades avaliativas virtuais e presenciais; promover a formação continuada e acompanhar os tutores do curso no desenvolvimento da disciplina; corrigir as avaliações em conjunto com os tutores; interagir no Ambiente Virtual de Aprendizagem com as/os estudantes e demais agentes envolvidos, e participar de aulas presenciais quando previsto.

5.1.3 Corpo pedagógico e administrativo

Os profissionais do corpo pedagógico e administrativo do curso exercem as seguintes atividades:

. Coordenador de tutores: profissional que acompanha o desempenho dos tutores, supervisionando a frequência e a qualidade das mediações do tutor nas atividades que acontecem no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA;

. Coordenador de Polo - coordenador de Polo é o representante da IES no Polo. A troca e a comunicação com os profissionais da Diretoria de Tecnologias em Educação – DTED/UFMA deve ser um alicerce neste trabalho para que não ocorra nenhum desvio quanto aos objetivos, metodologias e princípios;

. Assistente de Curso é a(o) profissional que presta assistência técnica e administrativa aos estudantes no âmbito das atividades educacionais, recebe as solicitações referentes às situações pedagógicas do curso, alimentar o Sistema Acadêmico/UFMA com dados dos estudantes;

. Designer Pedagógico é responsável pelo desenho e organização da disciplina. Sendo capaz de planejar, coordenar e avaliar processos educacionais com o uso de novas tecnologias;

. Designer de Linguagem é responsável pela revisão de todo o material escrito. O intuito deste é tornar os materiais didáticos claros e harmônicos, para facilitar o aprendizado do aluno;

. Designer de Vídeo é responsável por desenvolver o contexto de projetos audiovisuais para EaD e acompanhar todo o processo de produção audiovisual do professor;

. Designer Gráfico é responsável pela produção de todo o material visual da disciplina. Tais como: ilustrações, slides, diagramação dos materiais gráficos em geral.

6. CARGA-HORÁRIA

Carga horária total	390 horas
Créditos	26 (incluindo créditos de TCC)
Componentes curriculares	13 disciplinas (incluindo o TCC)

O curso será integralizado em 18 (dezoito) meses, compreendendo como atividades acadêmicas as aulas teóricas, práticas, teórico-práticas, pesquisa e trabalhos supervisionados ou orientados, além de outros, considerados necessários pela coordenação do curso.

7. OBJETIVOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Objetivo Geral:

Promover educação continuada e diferenciada. envolvendo o estudo das dimensões socioambientais e territoriais, com recorte para os maretórios de Reservas Extrativistas Marinhas (Resex) e de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), no Maranhão, Piauí e Ceará, bem como do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a partir do conhecimento tradicional das comunidades, contribuindo na elaboração de políticas públicas e no reconhecimento, organização, proteção e gestão dos territórios/ maretórios.

Objetivos Específicos

- Promover a troca de conhecimentos locais e acadêmicos sobre territórios tradicionais, maretórios e territorialidades específicas de forma a subsidiar ações locais e a organização de políticas públicas;
- Aprofundar a formação profissional para atuar em projetos de desenvolvimento territorial, que contemplem dimensões socioambientais e processos de organização e ações coletivas, visando a autonomia e o fortalecimento dos Territórios e Maretórios;
- Reforçar estratégias de identificação e produção de tecnologias sociais, conhecimentos locais, instrumentos e métodos organizacionais elaborados ou recriados e formatados a partir da realidade dos contextos de Territórios e Maretórios;
- Fomentar práticas produtivas que dialoguem com princípios da educação ambiental, da agroecologia, do manejo agroflorestal e da pesca artesanal;
- Promover discussões que auxiliem o debate público e o planejamento de diretrizes de políticas públicas acerca dos territórios pesqueiros/maretórios, ancorados num ambiente de trocas e partilhas de experiências;
- Aprofundar os estudos sobre gestão territorial e socioambiental tendo e vista os conhecimentos gestados nos territórios e as políticas ambientais;
- Fomentar o debate acerca dos processos de institucionalização das Unidades de Conservação em suas diferentes modalidades, conforme dispostas no Snuc;
- Participar e contribuir na criação da Escola das Marés e das Águas no Maranhão, Piauí e Ceará em parceria com outras IES (UEMA, IFMA, UFDPAR) envolvidas, Confrem, Remulmana e apoio do ICMBio;

- Aprofundar as experiências e projetos desenvolvidos pelas instituições envolvidas no curso, bem como pelos professores, técnicos e movimentos sociais com atuação nas regiões abrangidas, especialmente em temas como educação popular e diferenciada, educação ambiental, justiça socioambiental, enfrentamento de conflitos ambientais, pesca artesanal e etnoconservação, turismo de base comunitária, unidades de conservação e protocolos ambientais, comunidades tradicionais, agroecologia, patrimônio natural e cultural, saúde e bem viver, gestão de riscos e desastres, cartografia social.

Objetivos de aprendizagem

Espera-se que ao final do curso os estudantes estejam habilitados para:

- Apresentar propostas e iniciativas de interesse público e especialmente de interesse coletivo voltado para o desenvolvimento de ações no âmbito da gestão socioambiental dos territórios e maretórios;
- Promover a aprendizagem ativa e colaborativa em seus ambientes de trabalho e de ação política local;
- Estimular a criatividade e a inovação;
- Aplicar conhecimentos teóricos em situações práticas;
- Utilizar os conhecimentos adquiridos em situações novas e concretas.
- Julgar qualidade e validade de informações;
- Desenvolver projetos inovadores que contribuam para solução de problemas no ambiente de trabalho e de forma mais direta no âmbito da gestão dos territórios e maretórios onde atuam.

8. DURAÇÃO, ETAPAS DO CURSO, CRONOGRAMA E VAGAS

Duração

O curso terá duração de 18 meses.

Etapas do Curso

O curso se divide em duas etapas. A primeira etapa terá duração de 14 (quatorze) meses com aulas à distância (síncronas e assíncronas), presenciais, atividades técnicas e avaliativas. A segunda etapa terá duração de 04 (quatro) meses e será destinada à elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o aporte do componente curricular obrigatório Seminário de Elaboração de TCC.

Vagas e regiões de abrangência

Serão ofertadas 300 vagas no total, a serem distribuídas em polos cadastrados e/ou associados nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, nas regiões que envolvem os seguintes municípios:

No Maranhão - São Luís, Humberto de Campos, Carutapera e Cururupu. Apicum-Açu, Mirinzal, Bequimão, Araioses e Barreirinhas. (Polos a confirmar).

No Piauí – Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia. (Polos a confirmar).

No Ceará, a confirmar.

8.1. Local de funcionamento e distribuição das aulas

O curso funcionará dentro dos territórios das Unidades de Conservação: Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí, Reserva Extrativista Cururupu, Reserva Extrativista Quilombo Frechal, Reserva Extrativista Itapetininga, Reserva Extrativista Tauá-Mirim (em criação), Reserva Extrativista Baía do Tubarão, Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, Reserva Extrativista Delta do Parnaíba em polos avançados definidos conforme as condições de infraestrutura e número de estudantes selecionados residentes em cada comunidade, subordinados aos polos UAB pré-definidos dos seguintes municípios: 1)Carutapera; 2)Cururupu; 3)Humberto de Campos; 4)São Luís. Outros polos estão em fase de consulta (documentação e infraestrutura necessária) para inserção ao projeto.

Os Cursos desenvolver-se-ão na modalidade educação a distância, contando também com encontros presenciais nas comunidades da unidade de conservação ou nos polos de apoio presencial a serem definidos conforme o número de estudantes selecionados no certame que será aberto para as inscrições.

Cada componente curricular terá a carga horária de 30 horas, sendo distribuídas da seguinte forma: 6 horas de aulas presenciais, 9 horas de aulas gravadas, 15 horas para atividades realizadas no ambiente virtual.

9.METODOLOGIA DO CURSO

Didática e Execução

O Curso de Especialização terá como foco os processos de gestão socioambientais a partir das experiências dos povos e comunidades pesqueiras e será executado com atenção a princípios e ações necessárias a um processo educacional comprometido com os modos de vida das comunidades em seus respectivos Territórios e Maretórios, suas dinâmicas organizativas, políticas, econômicas e culturais. Dessa forma, o Curso de Especialização irá potencializar e estimular a construção e/ou fortalecimento de redes de relações entre comunidades, professoras(es), técnicas(os) e aliadas(os), visando a troca de saberes, a construção de ações coletivas, os conhecimentos socioambientais, a mediação de conflitos.

Este processo será ancorado por meio de uma ampla rede comunicacional que permitirá a interação entre os vários polos, sempre que possível contando com o apoio de secretarias de educação dos municípios da área de abrangência dos cursos, bem como com outras instâncias públicas e/ou privadas por meio de acordo de cooperação técnica, tendo em vista que a execução das ações didático-pedagógicas serão realizadas por meio de estruturas física e acadêmica a serem garantidas pela UAB/ UFMA e por parcerias firmadas no âmbito da rede da Escola das Marés e das Águas.

As ações compreenderão: a valorização e a busca de garantias do protagonismo das

comunidades envolvidas no projeto e na execução do curso; a construção de espaços para o diálogo horizontalizado entre os conhecimentos acadêmico-científicos e os conhecimentos de povos e comunidades das regiões abrangidas; a realização de "Encontros e Seminários" como prática didático-pedagógica de troca de experiências; trabalhos com materiais teóricos e didáticos que envolvam uma compreensão aprofundada das realidades em que estão inseridos os territórios e maretórios; a garantia de orientação técnica e de acesso a meios tecnológicos de acessibilidade à internet.

Importante destacar que o curso, por estar ancorado na rede da Escola das Marés e das Águas, tem a perspectiva de inclusão dos mestres e mestras dos saberes tradicionais no processo formativo, integrando o corpo docente. Serão convidados Mestres de notórios saberes, reconhecidos pelas comunidades tradicionais, por movimentos sociais e grupos de pesquisa, "com o objetivo principal de descolonizar o formato, a epistemologia e as metodologias de ensino e pesquisa no espaço acadêmico" (CARVALHO, 2016).

Cabe destacar que além de ofertar o Curso de Especialização aos ingressantes com graduação completa, poderá haver oferta de vagas para pessoas pertencentes às comunidades pesqueiras da região, mesmo que não possuam a graduação completa, para se matricularem em componentes curriculares isolados, de acordo com a abertura de vagas e regramentos específicos da universidade; e, nesse caso, receberão certificados de cursos livres, totalizando a carga horária do componente curricular realizado. As formas de oferta e seleção nesta modalidade deverão ser organizadas em edital específico e buscam promover importante interação entre comunidades e cursistas, saberes locais, práticas e produções teóricas.

No processo de ensino-aprendizagem na modalidade a distância será utilizado o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Processo esse que tem a sua sustentação na construção de possibilidades das(os) estudantes participarem das aulas síncronas, quando planejadas, acessarem as aulas assíncronas e compreenderem os materiais disponibilizados no AVA. Para tanto, será importante considerar um adequado número de tutoras(es) presenciais e a construção de uma boa integração entre professoras(es), tutoras(es) e estudantes.

A Biblioteca Central da UFMA em São Luís e as bibliotecas setoriais nos Campis possuem um importante acervo que poderá ser acionado, além das outras bibliotecas das instituições parceiras que compõem a rede da Escola das Marés e das Águas. Os estudantes de pós-graduação também poderão acessar o Portal de Periódicos da CAPES (www.periodicos.capes.gov.br) ao se cadastrar no Núcleo Integrado de Biblioteca (NIB). O Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos selecionados de mais de 12.531 revistas nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em toda as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários

das instituições participantes.

Quanto às estratégias de ensino é importante destacar que no processo de planejamento estão contemplados os encontros presenciais para realização de atividades, conforme o cronograma proposto, reforçando os princípios de uma formação diferenciada e que tenha como ponto de partida a realidade dos modos de vida onde os cursistas estão inseridos. Ou seja, serão priorizadas na elaboração das ações, planos e procedimentos didáticos e metodológicos, materias e programas das disciplinas, temáticas e problemáticas que envolvem diretamente as vivências e experiências dos cursistas.

Diante dessa perspectiva, o Curso utilizará metodologias de ensino que norteiam problemáticas potencializadoras de intervenção e de proposições de projetos inovadores na gestão socioambiental dos territórios e maretórios. Princípios educacionais, portanto, que permitirão aos cursistas proporem formas alternativas de gestão junto às instâncias governamentais e às demais instituições da sociedade civil que atuam no campo socioambiental.

Os componentes curriculares serão oferecidos mensalmente, totalizando 13 componentes, sendo um de Metodologia de Pesquisa (obrigatório), um de TCC (obrigatório), um componente curricurular optativo e mais dez componentes curriculares obrigatórios.

Componentes curriculares obrigatórios: aqueles que estão na matriz curricular do curso e que o estudante é obrigado a cursar como requisito para a integralização do curso.

Componentes curriculares optativos: aqueles que o estudante pode escolher fazer, e que compõem o rol de disciplinas da matriz curricular do curso.

10.CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O curso é constituído por dois módulos (básico e específico), perfazendo um total de 390 horas.

10.1 Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por 07 (sete) componentes curriculares/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Fundamentos e métodos de pesquisa	30
3	Relações étnico-raciais e de gênero	30
4	Unidades de Conservação e sociobiodiversidade	30
5	Extrativismo tradicional, agricultura familiar e soberania alimentar	30
6	Educação Ambiental	30
7	Economia solidária, tecnologias sociais e elaboração de projetos para captação de recursos	30
–	TOTAL DE HORAS/ MÓDULO BÁSICO	210

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada dos componentes curriculares que fundamentam as dimensões socioambientais, a pluralidade dos povos e comunidades tradicionais, a gestão de ecossistemas e a sociobiodiversidade no contexto brasileiro e sua repercussão internacional. Esse referencial promoverá subsídios para aprofundamento dos componentes curriculares do Módulo Específico.

10.2 Módulo Específico

O Módulo Específico é composto por seis componentescurriculares/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas, sendo que um componente curricular, denominado como Disciplina Optativa (dentre os oito que constam no ementário específico disponivel no PPC, no subitem 11.2) será definido por enquete junto às/aos estudantes no início do curso.

Ord.	Disciplina	C. H.
8	Justiça socioambiental - Dimensões sociais e jurídicas da proteção territorial e ambiental	30
9	Socioantropologia da Pesca	30
10	Mediação de conflitos socioambientais	30
11	Mudanças climáticas e gestão integrada de riscos e desastres	30
12	Disciplina Optativa	30
13	Seminário de Elaboração de TCC	30
–	TOTAL DE HORAS/MÓDULO ESPECÍFICO	180

11.EMENTÁRIO

11.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

Introdução a EAD
Carga Horária: 30 h

Ementa:

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

Bibliografia Básica

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA.** 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância.** Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância.** Fortaleza: RDS Editora, 2010.

Bibliografia Complementar

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Fundamentos e Métodos de Pesquisa

Carga Horária: 30 h

Ementa:

Compreensão da pesquisa como processo de interpretação da realidade e elemento mediador entre o legado do conhecimento acumulado nos ambientes acadêmico e comunitário. Busca evidenciar as perspectiva de diálogo de saberes, entre educação popular e universidade e da adequação sociotécnica no processo de produção de conhecimentos. Enfatiza a ética e a sequência das etapas de uma pesquisa, desde a problematização, construção do objeto, objetivos da pesquisa, a coleta de dados, a fase de produção de resultados e de redação. Estratégias metodológicas da pesquisa: a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; técnicas e instrumentos de levantamento de dados; tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

Bibliografia Básica:

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Editora Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

CARNEIRO DA CUNHA, M. “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico”. In: **Revista da USP**, n. 75, p. 76-84, 2007.

LITTLE, Paul E. **Conhecimentos tradicionais para o século XXI**: etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Relações étnico-raciais e de gênero

Carga horária: 30 horas

Ementa: As relações raciais e de gênero. Educação para as relações étnico-raciais. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. O racismo, as desigualdades de gênero e a discriminação racial. Os movimentos antirracistas. Os movimentos feministas, o feminismo negro e comunitário. Interseccionalidade das formas de opressão. Políticas públicas e ações afirmativas.

Bibliografia Básica:

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

RAMOS, Alcida. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)

Bibliografia Complementar:

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. **Como trabalhar "raça" em sociologia.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29. N 1, p. 93-103, 2003.

MIRANDA, Claudia; RIASCO, Fanny M.Q. **Pedagogias decoloniais e interculturalidade: desafios para uma agenda educacional antirracista**. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19866

HASEMBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal Biblioteca de Ciências Sociais, 1979.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil: ensaios, artigos e outros textos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SILVA, Maria da P. **A diversidade etnico-racial na escola e a temática indígena em questão: discutindo políticas públicas para a efetivação da Lei 11.645/08.** Disponível em: https://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/IV_EPEPE/t1/C1-05.pdf

Unidades de Conservação e Sociobiodiversidade

Carga Horária: 30 h

Ementa:
Conceitos básicos de ecologia. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Reservas Extrativistas Marinhas integradas à cultura oceânica. Etnociência, Conhecimento Ecológico Local e atividades desenvolvidas nos territórios e maretórios. Abordagem Ecossistêmica na Gestão dos Territórios e Maretórios e aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Bibliografia Básica:

AGENDA 2030. (2015). ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: NUPEEA, 2010. (Coleção Estudos e Avanços).

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

RICKLEFS, R. E. **Economia da Natureza.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

UNESCO. **Cultura oceânica para todos**: kit pedagógico. 2020.

Bibliografia Complementar:

ODUM, E. P.; BARRETT, G. **Fundamentos de Ecologia**. 5a ed. 612p.

COSTA, Paula Chamy Pereira da. Reservas Extrativistas Marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 48, novembro 2018.

FRAZÃO PEREIRA, Madian de Jesus. **O patrimônio da ilha encantada do Rei Sebastião: a Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

REIS, Rosalva de Jesus dos. **Reserva extrativista marinha de Cururupu**: limites e possibilidades à sustentabilidade ambiental. Curitiba: CRV, 2022.

ROCHA, G. M. et al. Resex Marinhas na Zona Costeira do Estado do Pará: Acesso a direitos territoriais

Extrativismo tradicional, agricultura familiar e soberania alimentar

Carga horária: 30 horas

Ementa: Abordagens e construções conceituais a respeito do extrativismo tradicional e da agricultura familiar; importância histórica e contemporânea do extrativismo tradicional e da produção agropecuária familiar; características dos sistemas de produção familiar; relação entre sustentabilidade, extrativismo tradicional, agroecossistemas e sistemas de produção agropecuários familiares; aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade produtiva familiar; políticas públicas para o extrativismo tradicional e para a agricultura familiar, sistemas de proteção produtiva e soberania alimentar.

Bibliografia Básica

ALMEIDA FILHO, N. (orgs) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária.** p. 39-61. Campinas/SP: Alínea, 2007

NIEDERLE, PAULO ANDRÉ. Extensão e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Brasil: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas. **Desenvolvimento em Debate** (INCT/PPED), v. 9, p. 231-249, 2021.

TRICHES, Rozane M.; SCHNEIDER, Sérgio. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarollo Rural,** v. 12, p. 2015, 2015.

FERREIRA, D. da S. Modo de vida e uso dos recursos naturais em uma comunidade ribeirinha das ilhas de Abaetetuba/PA. **Revista terceira margem Amazônia***,* v.1, n.2, p.85-106, 2012.

LITTLE. Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropológica, 322, 2002.

Bibliografia complementar:

OLIVEIRA, Daniela; GRISA, Cátia; NIEDERLE, Paulo. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. Redes (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 135-163, jan. 2020. ISSN 1982-6745. Disponível em: . Acesso em: 21 fev. 2020. doi:https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14248

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar.** Editora Ática. São Paulo. 1986.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. **Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis. Campinas, SP: Ceres, 2006.

LOMBARDI, T., COCA, E., SCHIAVINATTO, M., & VINHA, J. (2022). Soberania alimentar, território e etnicidade: conexões, sobreposições, relações. **Boletim Campineiro De Geografia**, *12*(2), 225–242. https://doi.org/10.54446/bcg.v12i2.3019

Educação Ambiental

Carga Horária: 30 h

Ementa:

Contextualizando e definição da Educação Ambiental; Epistemologia da Educação Ambiental; Educação Ambiental como Educação Política; Conceitos, Princípios e Características as Educação Ambiental; O ambiente e o Homem: relação entre sujeito e o objeto; Metodologias, Estratégias, Técnicas e ações no campo da Educação Ambiental.

Bibliografia Básica:

GUIMARÃES, Mauro. **Caminhos da educação ambiental**: da forma à ação. Campinas: Papirus, 2006.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão e SAITO, Carlos Hiroo. **Paradigmas metodológicos em educação ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2012. 107p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental**, 1999b. Disponível na internet no endereço:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/ _legislacao/20_legislacao 18032009111654.pdf> Acesso em: 26 de novembro de 2023.
LAMIM-GUEDES, V.; MONTEIRO, R. A. A. **Educação Ambiental na Educação Básica**: entre a disciplinarização e a transversalidade da temática socioambiental. São Paulo-SP: Perse, 2017. 105p.

POVALUK, Maristela. **Educação Ambiental**: por meio da utilização de mapas conceituais nos cursos de formação docente. Curitiba: PUC/PR, 2016.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2015.

SATO, Michèle; SANTOS, José Eduardo. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In: NOAL, F.; BARCELOS, V. (Org.) **Educação ambiental e cidadania**: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 253-283.

Economia solidária, tecnologias sociais e elaboração de projetos para captação de recursos

Carga horária: 30 horas

Fundamentos teóricos da Economia Solidária. Ação coletiva, reciprocidade e solidariedade na Economia Solidária. Mercados solidários; comercio e trocas justas. Tecnologias sociais, trocas de saberes, sistemas participativos e elaboração de projetos para a captação de recursos. Elaboração de projetos, definição de objetivos, metas e indicadores, elaboração de cronograma, orçamento e plano de comunicação

Bibliografia Básica:

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHIMITT, Claudia. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **Mercado de Trabalho**, 42, 2010.

LIMA, M. T.; DAGNINO, R. P. Economia solidária e tecnologia social: utopias concretas e convergentes. **Otra Economía**, v. 7, n. 12, p. 3-13, 2013.

SANTINI, Daniel; GROHMANN, Rafael (Coord.). **Economia Solidária Digital**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2024. Disponível em: https://rosalux.org.br/livro/economia-solidaria-digital/. Acesso em: 15 jun. 2025.

Bibliografia Complementar:

COSTA, A. B. (Org.). **Tecnologia Social & Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto Pólis, 2013.

FRANÇA FILHO, G. Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs**). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 57 72.G

Tecnologias sociais: como os negócios podem transformar comunidades / Cuiabá, MT: Sebrae, 2017. https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AP/Anexos/Tecnologias-Sociais-final.pdf

Justiça socioambiental: dimensões sociais e jurídicas da proteção territorial e ambiental

Carga Horária: 30 h

Ementa:

Capitalismo, desenvolvimento e relação sociedade e natureza; a crise ambiental, o capitaloceno e a ecologia decolonial; justiça e racismo socioambiental; marcos da proteção jurídica e social de povos e comunidades tradicionais; os protocolos de consulta; cartografias e etnografias dos conflitos socioambientais.

Bibliografia Básica:

ACSELRAD, Henri. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DUPRAT, Déborah. A Convenção 169 da OIT e os Estados Nacionais. Brasília: ESMPU, 2015.

FILHO, Carlos Marés. Jusdiversidade. **Revista Videre**, v. 13, n. 26, p. 8-30, jan/abril. 2021.

FERDINAND, Malcon. **Uma Ecologia Decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: UBU Editora, 2022.

LUNELLI, I. C. SILVA, L. A. Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil: a captura pelas empresas do dever estatal de consultar os povos e comunidades tradicionais diante dos procedimentos de licenciamento ambiental. **Revista Direito e Práxis**, v. 14, n. 1 p. 536-566, jan. 2023.

Bibliografia Complementar:

ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 2004: p. 23-40.

NARAHARA, Karine. CARDOSO, Thiago. Apresentação do dossiê: Quais Mundos em Ruínas? O Antropoceno em questão. **Revista de @ntropologia da UFSCAR**. Jul/dez, 2022, pg. 08-18.

MOORE, Jason. O Surgimento da Natureza Barata. MOORE, Jason (org). **Antropoceno ou Capitaloceno**: natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

BARCELOS, Eduardo. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, 2019, vol. 31. 1-17.

Socioantropologia da Pesca

Carga Horária: 30 h

Ementa: A construção social dos ambientes pesqueiros: demarcações, imaginário, maretorialização, processos identitários, saberes e etnoconservação. Processo de produção, divisão do trabalho: assimetrias e desafios da produção, do beneficiamento e do controle da comercialização na pesca e no extrativismo. Pesca industrial versus pesca artesanal de pequena escala e cadeia produtiva. Organizações, cooperativismo, bens comuns e apropriação privada dos recursos e maretórios.

Bibliografia Básica:

DIEGUES, A. C. **Povos e Mares**. Leituras em socio-antropologia marítima. São Paulo; UPAUB, USP, 1995.

DIEGUES, A. C. S. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

FURTADO, Lourdes G.; LEITÃO, Wilma Marques.; MELLO, Alex Fiuza de (Org.). **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 292 p.

KALIKOSKI, et al. **Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios.** Revista Ambiente & Sociedade. Campinas vol. XII, n° 1. p. 151-172. jan.-jun. 2009.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo Ática, 1996.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Elio. de J. P. Mudanças e Continuidades do Aviamento na Pesca Artesanal. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum**. 1 (2) • Ago 2006 • Disponível em https://doi.org/10.1590/S1981-81222006000200006

DIEGUES, Antonio C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. **Mulheres da z3 – O camarão que "come" as mãos e outras lutas:** contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Doutorado em Ciências Humanas). Florianópolis/SC, 2017.

MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares**. Espaço e indivisão na pesca marítima. 2ª Edição. São Paulo. Annablume, 1994.

ROCHA, A. L. M. **Marisqueiras**: mulheres e trabalho no mar. Salvador: EDUFBA, 2016.

SOUSA LIMA, Paulo Victor. **Maretório**: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense? Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2022.

Mediação de conflitos socioambientais

Carga Horária: 30 h

Ementa:

Teoria social e ambiente, natureza e sociedade. Expansão capitalista, neoextrativismo e problemáticas ambientais. Crise ambiental. A ecologia política. Conflitos socioambientais e processos de mediação. Problemas ambientais nacionais, regionais e locais.

Bibliografia Básica:

ACSELRAD, Henri. Apresentação: Conflitos ambientais – a atualidade do objeto; As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. pp. 07-35.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento do poder. Trad. Vera L. M. JOSCELYNE et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp. 59-83.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, pp. 31-64, jan./jun. 2006.

PLATIAU, A. F. B. et al. Uma Crise Anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org). **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Bibliografia Complementar

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra.** Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. "A queda do céu". In: **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Editora Companhia das Letras, 2019, p. 375-498.

MOORE, Jason . O Surgimento da Natureza Barata. MOORE, Jason. (org). **Antropoceno ou Capitaloceno**: natureza, história e crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; RIGOTTO, Raquel Maria (Orgs.). **Ninguém bebe minério**: águas e povos versus mineração. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.

STENGERS, Isabelle. **No Tempo das Catástrofes**. Resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Coisa Naify, 2015, caps. 6 a 9.

Mudanças climáticas e gestão integrada de riscos e desastres

Carga horária: 30 horas

Ementa:

Conceitos básicos sobre mudanças climáticas; relação das mudanças climáticas e a ocorrência e intensificação de desastres naturais; gestão integrada de desastres e riscos ambientais nos contextos urbano e rural, analisando políticas públicas, vulnerabilidade socioambiental, mitigação e resiliência; Relação entre ciência climática, prevenção e recuperação de áreas atingidas e planejamento territorial; impactos das mudanças climáticas e modos de vida tradicionais

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima** *(PNA).*

Brasília: MMA, 2016. https://www.gov.br/mma

ACSELRAD, H. (2009). **Justiça Ambiental: construindo o campo no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MARANDOLA JR., E. et al. (2013). **Populações, vulnerabilidades e adaptações às mudanças climáticas**. Campinas: Nepo/Unicamp.

LANA, R. A. et al. (Orgs.). (2022). **Desastres Naturais e Mudanças Climáticas: perspectivas interdisciplinares**. Belo Horizonte: UFMG.

Bibliografia Complementar

CEDEC (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). **Relatórios técnicos e alertas**. https://www.cemaden.gov.br

IBGE. *Atlas Nacional de Desastres Naturais no Brasil (1991–2020).* https://www.ibge.gov.br

NOBRE, C**. "**A Amazônia e o Futuro do Clima Global". In: **Ciência Hoje**, 2007. (Discussão sobre o ponto de não retorno da floresta e o papel regional no sistema climático global.)

Seminário de Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Carga horária: 30 horas

Ementa:

Diretrizes para elaboração e apresentação no formato de seminário de propostas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade de um Projeto de Diagnóstico, de Ação ou de Intervenção.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Como elaborar modelo lógico de programa: um roteiro básico. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. C.; CUNHA, A. dos S. (Org.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: https:// www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_ppa_vol_1_web.pdf.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lope• ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual para elaboração de projetos de intervenção como trabalho de conclusão de curso**. Rio de Janeiro: Farmanguinhos, 2021. Disponível em: https://www.far.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/06/MANUAL-PARA-ELABORACAO-DE-TRABALHOS-DE-CONCLUSAO-DE-CURSO-%E2%80%93-PROJETO-DE-INTERVENCAO-1.pdf

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise ex ante. Brasília: Ipea, 2018. v. 1. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/ livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf.

.HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 10ª Ed. Petrópolis, Vozes. 2005.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber**: manual da pesquisa em Ciências Humanas. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.

RICHARDSON, Roberto larry et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Gen. Atlas, 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. Capítulo II (Concepção e organização da pesquisa). 16ªed. São Paulo. Cortez. 2008

11.2 Componentes Curriculares Optativos

Cartografia Social

Carga Horária: 30 h

Ementa:

O poder dos mapas: disputas e ativismos cartográficos. Tecnologias sociais de autogestão do território. Representações, cultura e identidade. Cartografia e encontro de saberes. O conteúdo gráfico/verbal dos mapas e o simbolismo cartográfico no ordenamento do território. Métodos de cartografia básica, temática e colaborativa. Relevância da pesquisa- ação para a transformação social e melhoria da qualidade de vida das populações, com fins acadêmicos e/ou de gestão e planejamento territorial.

Bibliografia Básica:

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida (Org.) **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: Editora da UFMA, 2013.

FLORENZANO, Tereza Galloti. **Imagens de satélites para estudos ambie**ntais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

GIRARDI, Giseli. Mapas Desejantes: uma agenda para a cartografia geográfica. **Revista Proposições**, Campinas-SP, Vol.20, N. 3 (60), Pag. 147-157, 2009.

NEVES, R. de C. M.; FIALHO, V. Nova Cartografia Social: experiências metodológicas e repertório confrontacional no Nordeste do Brasil. **Vivência: Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 52, 2019. DOI: 10.21680/2238-6009.2018v1n52ID13914.

Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/13914. Acesso em: 25 nov. 2023.

SANTOS, Renato E. dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica da América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. Número especial.

Turismo Comunitário

Carga Horária: 30 h

Ementa:

Breve histórico, conceitos e princípios sobre o Turismo e suas modalidades no mundo e no Brasil. Princípios de Economia Solidária, ação coletiva e sustentabilidade. A pesquisa participativa, o Turismo Comunitário e a construção de conhecimentos com experiências locais, com povos e comunidades tradicionais. Noções de planejamento participativo para a construção e consolidação de roteiros turísticos. Estudos de casos e os desafios do Turismo Comunitário.

Bibliografia Básica:

BANDUCCI JR., A.; BARRETO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001, p. 7-20. (Coleção Turismo).

MORAES, E. A. DE, IRVING, M. DE A., & MENDONÇA, T. C. M. (2018). Turismo de Base Comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. **Turismo: Visão E Ação**, 20(2), 249–265. https://doi.org/10.14210/rtva.v20n2.p249-265

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

URANO, D. G.; SIQUEIRA, F. S.; NÓBREGA, W. R. M. Articulação em redes como um

processo de construção de significado para o fortalecimento do turismo de base comunitária. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, 2016.

VIEIRA, K.C.D.; ARAÚJO, M. N. F.; CÂMARA, R. J. B.; RIBEIRO, R. T. O protagonismo feminino e o Turismo de Base Comunitária: um estudo das empreendedoras de Betânia e Travosa no município de Santo Amaro. **Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)**, v.11, n.2, jul./dez. 2022.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Mônica. **Turismo de Base Comunitária na Pan-Amazônia**: Tecnologias Sociais do Brasil, Bolívia e Peru. Belém: NAEA, 2024.

BURNS, Peter M. **Turismo e antropologia**: uma introdução. São Paulo: Chronos, 2002.

CNPT. **Relatório do Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas**. São Luís, 2012.

FRAZÃO PEREIRA, Madian de Jesus. (2010). A "encantada" Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo: reflexões acerca do fenômeno turístico numa abordagem antropológica. **Revista Pós Ciências Sociais**, 6(12). Recuperado de https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/65

PINHEIRO, Cíntia Raquel Soares. **O Turismo de Base Comunitária como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais em Reservas Extrativistas**: o caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu-MA. 2017, 182 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017

PELEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SERRANO, Célia et al. (Org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p. 55-80. (Coleção Turismo).

Povos e Comunidades Tradicionais, Processos Identitários, Organizativos e Territorialidades

Carga Horária: 30 h

Ementa: Campesinato, reivindicação identitária de povos e comunidades tradicionais. Lutas por reconhecimento. Reforma agrária, unidades de conservação, territorialidades, processos de territorialização e direitos territoriais no Brasil.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Cad. CRH** [online]. vol. 25, n. 64, pp. 63-72, 2012.

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: UFAM, 2008.

ALMEIDA, Mauro. W. B. de; PANTOJA, Mariana. C. Justiça local nas Reservas Extrativistas. Raízes: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 23, n.1-2, p. 27-41, 2004.

ALMEIDA, Mauro. Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação. **Ruris. RURIS** (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 7, n. 2, 2015. DOI: 10.53000/rr.v7i2.1887. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16882. Acesso em: 28 nov. 2023.

Bibliografia Complementar:

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografía; Universidade Federal Fluminense, 2021.

DE LA CADENA, Marisol. *Natureza incomum: histórias do antropo-cego*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória.** *Tensões territoriais em curso.* Comité Catholique Contre la Faim et pour le Développement - CCFD - Terre Solidaire, el CIDES - UMSA y el IPDRS, 2018.

Ecossistemas e Biodiversidade

Carga horária:30 horas

Ementa:

Principais ecossistemas brasileiros, identificando estrutura e dinâmica em função da biodiversidade; caracterização da perda de habitats, fragmentação florestal, extinção de espécies e mudanças climáticas; abordagem ecossistêmica envolvendo a conservação de ambientes naturais, uso sustentável e conhecimentos tradicionais; instrumentos legais para a proteção da biodiversidade, incluindo as unidades de conservação, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e acordos internacionais.

Bibliografia Básica:

BERKES, Fikret. **Saberes Ecológicos Tradicionais**: Evolução de um conceito. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 9, 2004.

DIAS, B. F. de S. (Org.). **Biodiversidade no Brasil***:* avaliação e identificação de áreas prioritárias para conservação. *MMA, 20*06.

MYERS, Norman et al. ***Biodiversidade****:* ciência e conservação*.* São Paulo: EDUSP, 1993.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos de Ecologia**. Cengage Learning, 2004. PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Eliana. *Biologia da Conservação.* Londrina: E. Rodrigues, 2008.

Bibliografia Complementar:

GODOY, R.; LEONARDI, A. P. **Serviços Ecossistêmicos***: teoria e prática no contexto brasileiro.* São Paulo: Oficina de Textos, 2017.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Brasília: ICMBio, 2018. https://www.gov.br/icmbio

NASCIMENTO, Mônica R. L.; DRUMOND, Márcio A. **Ecologia e Biodiversidade***:* Fundamentos para a Conservação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SANTOS, Milton**. *A Natureza do Espaço****:*** técnica e tempo, razão e emoção*.* São Paulo: Hucitec, 2002.

SILVA, J. M. C. da et al. **Biodiversidade do Cerrado e Pantanal***:* áreas e ações prioritárias para conservação*.* Brasília: MMA/Conservation International, 1999.

Associativismo e Cooperativismo

Carga horária: 30 horas

Ementa: Organização social rural no Brasil. Contextos históricos do associativismo e do

cooperativismo; definição, conceitos-chaves e princípios que norteiam o associativismo e o cooperativismo; tipos de associações e cooperativas; empreendimentos coletivos e administração; experiências e práticas de associativismo e cooperativismo.

Bibliografia básica:

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo No Brasil: Da Vertente Pioneira À Vertente Solidária**. São Paulo: SARAIVA, 2004. 358 .

GAIGER, L. I.(org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

PINHO, D. B. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas**. SESCOOP/OCB, Santo André: ESETEC Editores associados, 2000.

Bibliografia complementar:

DOS SANTOS, Raimundo Bonfim *et al.* Qualificação em recursos humanos: associativismo e cooperativismo com foco no desenvolvimento regional. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 9, p. 4257, 2024.

ROCHA, José Cláudio. 13| **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária**, Comunitária, 2013. p.35.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001

Educação patrimonial, interculturalidade e saberes

Carga horária: 30 horas

Ementa: Educação patrimonial, memória, política patrimonial e processos de reconhecimento étnico-cultural. A articulação e a troca de saberes. A preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural. Interculturalidade, conhecimento, reconhecimento e acesso ao patrimônio cultural.

Bibliografia Básica:

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº57, p. 9-28, janeiro-abril 2016.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em Historia/Departamento de História**, PUC-SP), São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. **Revista Teia – Dossiê Educação Patrimonial no Brasil e América Latina**. UERJ, 2016.

Bibliografia Complementar:

FONTES, R. C.; BRAGHINI, K. M. Z. A trajetória da "educação patrimonial": concepções, significados, documentos normativos (1983-2016). **Educação: Teoria e Prática**, *[S. l.]*, v. 35, n. 69, p. e24[2025], 2025. DOI: 10.18675/1981-8106.v35.n.69.s17895. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17895. Acesso em: 15 jun. 2025

DEMARCHI, João. NITO, Mariana e SCIFONI, Simone. **Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural [recurso eletrônico]: conflitos, apagamentos e práticas educativas de resistência**. São Paulo: FFLCH/USP, 2025.

https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1606/1468/5786

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência do Iphan na Paraíba. Educação patrimonial: educação, memórias e identidades / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa : Iphan, 2013. 108 p. : il. ; 30 cm. – (Caderno Temático; 3)

Política de cuidados e políticas educacionais

Carga horária: 30 horas

Ementa: Estado, políticas educacionais e políticas de cuidado. A construção de uma política nacional de cuidados. Desigualdades, gênero e cuidados. A escola como espaço de cuidado: saúde mental, alimentação, proteção social.

Bibliografia Básica:

TRONTO, Joan C. **O que nos obriga a cuidar?.** Editora Unesp, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Políticas curriculares e cultura: identidade, diferença e poder**. Vozes, 2014.

PINHEIRO, Livia Barbosa. **Educação e cuidado na primeira infância: uma análise** crítica das políticas públicas. Autêntica, 2019.

Bibliografia complementar:

Hirata, Helena. **O cuidado em questão: gênero, trabalho e movimento social**. UNESP, 2012.

.

Empreendedorismo

Ementa: Desenvolvimento da capacidade empresarial, criatividade, de inovação e de comunicação empreendedora, com ênfase na identificação de oportunidades, do sistema de gerenciamento, de técnicas de negociação, do pensamento econômico voltado ao empreendedorismo, da qualidade, competitividade e inovação, de modo que estes elementos consistam em vetores contribuintes para a geração e implementação de ideias criativas.

Carga horária: 30 horas

Bibliografia Básica

ALMEIDA, A., BASGAL, D. M. O., RODRIGUEZ, M. V. R., FILHO, W. C. P**. Inovação e gestão do conhecimento**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

BESSANT, J., TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. 3. ed., Bookman: São Paulo, 2019.

CHIAVENATO, I., **Vamos abrir um novo negócio?** Makron Books. (1995) São Paulo. CDU: 658 Cutter: C532v.

CIAGE/FGV, Cadernos - 12 - **Projeto Básico de Negócios,** Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1992.

DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Elsevier,4ª Ed., Rio de Janeiro, 2012.

Bibliografia Complementar:

DRUCKER, P. F., **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship); prática e princípios**. 4. ed. Pioneira: São Paulo, 1994.

FILION, L. J.; Visão e relações: elementos para um metamodelo da atividade empreendedora - International Small Business Journal, 1991 - Tradução de Costa, S.R.

MELO NETO, F.de P.de. FROÉS, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável.** Rio de Janeiro: Qualitymark,2002Manual de ONG's: guia prático de orientação jurídica/ maria de Nazaré Lins Barbosa e Carolina Felippe de Oliveira; coordenação Luiz Carlos Merege.- 4.ed.rev.atual.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

13.PROCESSO DE AVALIAÇÃO, TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Avaliação

O processo de avaliação de aprendizagem no curso será contínuo e sistemático por meio de duas ou mais avaliações em cada disciplina, a critério do professor. Além de contemplar tanto a modalidade de avaliação somativa quanto formativa, podendo ser uma prova escrita, oral, trabalhos individuais ou em grupo, seminários, estudos de caso e elaboração de trabalhos finais de disciplina.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a sete. Exceções no método de avaliação deverão ser aprovadas pela coordenação do curso.

De acordo com o Art. 34 da resolução CONSEPE-UFMA nº 1265/2015, a avaliação de desempenho do aluno em cada componente curricular será traduzida de acordo com os seguintes conceitos:

10,0 – 9,0	A
8,9 – 8,0	B
7,9 – 7,0	C
< 7, 0	D

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O estudante deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de um Projeto de Diagnóstico, de Ação ou de Intervenção, seguindo as seguintes observações:

- O trabalho deve ser entregue no prazo máximo de quatro meses após a conclusão da última disciplina.
- Poderá ser elaborado individualmente ou em grupo, limitado ao número de até 03 (três) integrantes conforme a regra do inciso II, art. 31, da Resolução CONSEPE-UFMA 2.463/22 e apresentado presencialmente ou mediante a utilização de Tecnologias da Informação.
- Deve ser feita a escolha de um professor orientador.
- Os estudantes devem participar de reuniões periódicas com professor orientador.
- Os estudantes devem seguir o Manual de procedimentos para

elaboração de TCC, disponibilizado pela coordenação do curso.

- Para ser considerado aprovado, o TCC deverá receber nota igual ou superior a 7 (sete).
- Apresentar o trabalho para uma banca.

A avaliação do Trabalho Final será mediante apresentação de texto escrito e defesa oral, será feita por Comissão Examinadora composta por 3 (três) professores, indicados pelo Coordenador do curso. O coordenador do curso irá designar os docentes orientadores de TCC a partir do início do curso. Os discentes deverão estar em atividade com os respectivos orientadores até 10 meses a partir do início das atividades.

Controle de frequência

O estudante deverá obter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada componente curricular a ser aferida por controle e monitoramento do processo.

14. CERTIFICADOS

O Curso de Especialização terá garantia da CAPES e certificação do MEC. Os certificados de conclusão serão emitidos por órgão competente da UFMA após cumprimento dos requisitos deste projeto e das normas da Universidade e conforme os Artigos 41 a 43 da Resolução nº 1265-CONSEPE de 14 de abril de 2015 e/ou suas eventuais atualizações.

As pessoas que se matricularem nos componentes curriculares enquanto cursos livres, terão seus certificados emitidos a partir da carga horária do componente específico cursado. Nessa modalidade, os componentes curriculares que envolvem TCC não serão oferecidos como cursos livres.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA EQUIPE ELABORADORA DO PPC E DEMAIS REFERÊNCIAS QUE SUBSIDIAM O PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DE TERRITPORIOS E MARETÓRIOS

AGENDA 2030. (2015). **ODS** – Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel

ALVES, Elio. de J. P. **Do mangue à casa: família e trabalho na economia do caranguejo**. (Dissertação de Mestrado). Belem, Pará. Belem: UFPA: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

ALVES, Elio. de J. P. **Mudanças e Continuidades do Aviamento na Pesca Artesanal**. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum**. 1 (2) • Ago 2006 • Disponível em https://doi.org/10.1590/S1981-81222006000200006

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. **Movimento Reage São Luís: repertórios da mobilização política em São Luís-MA (2004-2006).** São Luís: EDUFMA, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino. Ministério da Educação, Brasília.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

BRUSTOLIN, C.; Ieda Ramos. **Etnoconservação, Sociodiversidade e Novos Instrumentos Normativos: (In) Visibilidade das Populações Tradicionais**. In: III Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa, 2006, Brasilia. III Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa, 2006.

BRUSTOLIN, C. **A mediação na construção das concepções de justiça acerca do conflito em torno da criação do Parque Nacional dos Aparados da Serra**. In: XI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2002, Passo Fundo - RS. XI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.

BRUSTOLIN, C. **Os moradores do Parque: A elaboração dos sentidos de justiça em torno do conflito relacionado à construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra**. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural "Sustentabilidade e Democratização das Sociedades Rurais da América Latina", 2002, Poro Alegre - RS. VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural "Sustentabilidade e Democratização das Sociedades Rurais da América Latina".

BRUSTOLIN, C.; SILVA, A. O.; PINHEIRO, C. C. B.; COSTA, C. F. S.; CASTRO, M. E. L.; SOUZA, N.; SILVA, S. C. (Orgs.). **Liberdade caça jeito: a história de todos na história de cada um. São Luís: EDUFMA, 2019.**

CARVALHO, José Jorge de. **"Sobre o notório saber dos mestres tradicionais nas instituições de ensino superior e de pesquisa"**. **Cadernos de Inclusão 8**. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI/UnB/CNPq: Brasília, 2016.

COSTA, C. L.; ALMEIDA, Zafira da Silva ; SANT?ANA JUNIOR, H. A. ; CASTRO, A. C. L.; GARCEZ, D. S. . TRADIÇÃO PESQUEIRA E TERRITORIALIDADE SUBSIDIANDO A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ-MIRIM NO ESTADO DO MARANHÃO. In: Danielle Sequeira Garcez; Jorge Iván Sánches Botero. (Org.). **Conhecimento local e o manejo de recursos pesqueiros de uso comum:experiências nos litorais do Maranhão, Ceará e Pernambuco.** 1ed.Fortaleza: Imprensa Universitaria, 2022, v. , p. 14-38.

COSTA, Clarissa Lobato. **Avaliação da sustentabilidade das pescarias artesanais na área proposta para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão.** 2017. 126 p. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará. 2017.

DIEGUES, A. C. **Povos e Mares**. **Leituras em socio-antropologia marítima**. São Paulo; UPAUB, USP, 1995..

FRAZÃO PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. **O patrimônio da ilha encantada do Rei Sebastião: a Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação**.

Teresina: Cancioneiro, 2022.

FRAZÃO PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; TEIXEIRA, Gercilene. **"Institucionalização e recomposição territorial da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu: aberturas e impasses da ação local e da gestão compartilhada"** In: AQUINO-TEISSERENC, Maria José S.; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio A.; ERTERCI, Neide (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016.

FRAZÃO PEREIRA, Madian de Jesus. (2010). A "encantada" Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo: reflexões acerca do fenômeno turístico numa abordagem antropológica. **Revista Pós Ciências Sociais**, 6(12). Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/65

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Lourdes G.; LEITÃO, Wilma Marques.; MELLO, Alex Fiuza de (Org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. 292 p.

KALIKOSKI, et al. **Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios.** Revista Ambiente & Sociedade. Campinas vol. XII, n° 1. p. 151-172. jan.-jun. 2009.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo Ática, 1996.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. ***Continuum* colonial**. São Luís: EDUFMA; Paco Editorial, 2019.

MENESES, Alcione Sousa. Quando a educação se torna uma necessidade para além de um direito universal: interface entre campo acadêmico e ação coletiva camponesa na constituição da Educação Diferenciada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, 2024.

MOTTA-MAUÉS, M. A. **Trabalhadeiras & Camarados**. Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: editora Universitária, UFPA, 1993.

SANT'ANA JÚNIOR; Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: A RESEX de Tauá-Mirim.** São Luís: EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR; Horácio Antunes de; RIGOTTO, Raquel Maria (Orgs.). **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.

SANT'ANA JÚNIOR; Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia. (Orgs.). **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luís: EDUFMA, 2018.

SOUSA LIMA, Paulo Victor. **Maretório: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense?** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2022.

TEISSERENC, Maria José Aquino; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ESTERCI, Neide (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016.

UNESCO. **Cultura oceânica para todos**: kit pedagógico. 2020.

Previsão orçamentária do Curso de Especialização em Gestão Socioambiental de Territórios e Maretórios					
Tutores	12				
Professores	13				
Itens	**Aplicação dos recursos**	**1SEM**	**2SEM**	**3SEM**	**Total Geral**
Inplantação e Desenvolvimento do curso	**Diária (R$320,00)**	R$44.480,00	R$44.480,00	R$44.480,00	R$133.440,00
	Passagens (R$240,00)	R$34.560,00	R$34.560,00	R$34.560,00	R$103.680,00
	Material de consumo/aulas práticas	R$9.960,00	R$9.960,00	R$9.960,00	R$29.880,00
	Apoio para realização de evento de capacitação	R$24.000,00		R$24.000,00	R$48.000,00
Produção de recursos educacionais e objetos de aprendizagem	**Despesas com elaboração de apostilas**	R$90.000,00			
TOTAL GERAL		R$203.000,00	R$89.000,00	R$113.000,00	R$405.000,00